



O presidente Lula em cerimônia de implantação do Parque Tecnológico Aeroespacial da Bahia. Ricardo Stuckert/Divisão Presidencial

Lula volta a acusar EUA de manipulação em visita a refinaria símbolo da Lava Jato

Passagem pela Abreu e Lima, em Pernambuco, faz parte de roteiro de viagens pelo Brasil do petista

José Mathews Santos e Renata Galí

BRASÍLIA (Folha de São Paulo) — O presidente Lula (PT) disse, nesta quinta-feira (18), em referência à Operação Lava Jato, ainda que sem mencioná-la explicitamente, que aconteceu no Brasil "uma mancomunação de juízes e procuradores brasileiros com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos contra a Petrobras".

A fala foi feita durante visita para amigos de investimentos na refinaria Abreu e Lima, em Ipojuca, a 43 km do Recife.

"Tudo que aconteceu nesse país foi uma mancomunação entre alguns juízes desse país, alguns procuradores desse país, subordinado ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos que queriam e nunca aceitaram o Brasil ter uma empresa como a Petrobras".

"Eles não queriam que a gente tivesse a Petrobras em 1953", afirmou logo após a fala sobre os americanos.

Lula também afirmou, no discurso, que o Brasil tem "uma elite com complexo de virá-lata, subordinada aos interesses dos outros e com pouco interesse nesse país".

"Somente cinco anos depois [de deixar a Presidência] começou o processo de denúncia contra a Petrobras, que, na verdade, não era contra a Petrobras. Se quiser apurar corrupção, apura-se. O que não pode punir é a soberania do país e da sua empresa mais importante, que é a Petrobras", afirmou Lula.

Em seu discurso, Lula também se comparou com Getúlio Vargas, presidente que se suicidou em 1954.

O presidente reclamou ainda de que, quando esteve preso, foi impedido de comparecer ao enterro de seu irmão Válio, em 2009, diferentemente do que ocorreu quando sua mãe morreu, em 1986.

Já cinco anos, o ministro Dias Toffi, do STF (Supremo Tribunal Federal), autorizou apenas que ele comparecesse a uma unidade militar próxima do local do sepultamento, o que o chefe de presidente não aceitou.

"Quando eu [meu] morreu eu estava preso, por causa da greve de 82. Na época, que era uma ditadura, tinha um delegado melhor do que alguns juízes agora que não me deixaram ir na morte do meu irmão",

Tudo o que aconteceu nesse país foi uma mancomunação entre alguns juízes desse país, alguns procuradores desse país, subordinado ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos que queriam e nunca aceitaram o Brasil ter uma empresa como a Petrobras

Lula (PT)
presidente da República, sobre a operação Lava-Jato, sem mencioná-la

O presidente também afirmou que as pessoas que o acusaram "estão apodrecendo", sem mencionar nomes.

"Os pastores que mentiram a meu respeito em nome de Deus sabem que estão mentindo em tudo, que Deus está vendo que isso faz parte de um jogo sórdido", disse.

Também sem mencionar Jair Bolsonaro (PL), seu oponente nas eleições de 2022, Lula disse que o país chegou "ao ponto de eleger um psicopata para ser presidente desse país".

"Alguém que vive da mentira, da maldade, de ofender os outros. Para ele, todo mundo aqui é ladrão, comunista, de fenda aborta, como se ele e seus filhos fossem exemplos de família nesse país".

Visitado pelo presidente nesta quinta-feira, a refinaria de Abreu e Lima foi um dos símbolos do esquema de corrupção investigado na Operação Lava Jato e teve peso importante no maior prejuízo já registrado pela estatal, em 2014, fruto de baixas contábeis em investimentos que não tinham viabilidade econômica.

Ela também construiu a sentença condenatória de Lula em primeira instância no caso

do triplex, em Guarujá (SP), assinada pelo então juiz Sérgio Moro no âmbito da Operação Lava Jato e que foi depois anulada pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Moro afirmou na sentença condenatória que o petista havia recebido vantagem indevida da empreiteira OAS, participante de consórcio para construção da refinaria.

Após deixar a magistratura e se tornar ministro de Bolsonaro, o hoje senador pela União Brasil foi declarado parcial pelo STF em sua atuação nos processos de Lula e teve decisões anuladas.

A refinaria, que não foi completamente terminada, foi lançada em 2005 por Lula ao lado do então presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que morreu em 2013.

Nesta quinta, Lula admitiu que a Venezuela não participou das obras, previstas para acontecerem em conjunto. O petista afirmou que o antigo aliado "nunca colocou um centavo" na refinaria.

A intenção inicial, à época, era fazer uma parceria bilateral como o refino dos petróleo do Brasil e da Venezuela. Entretanto, houve um entrave

tre a Petrobras e a PDVSA, estatal de petróleo venezuelana.

"A Petrobras e PDVSA eram duas moças bonitas, muito grandes, e nunca concordaram com nossa ideia", afirmou.

"Não cumprimos porque cada um tem de defender os interesses das suas empresas, do seu país. O dado concreto é que nunca o Chávez colocou um centavo aqui", acrescentou.

Lula foi à região anunciar investimentos ao projeto, previsto pelo novo PNC (Programa de Aceleração do Crescimento) e pelo Plano Estratégico da Petrobras, de 2022 a 2027.

A primeira unidade da refinaria, com capacidade para refinar 115 mil barris de petróleo por dia, está em operação desde 2014.

O projeto de expansão do chamado trem 2 da refinaria acrescenta capacidade de refino de 150 mil barris de petróleo, com a produção de 300 milhões de litros de diesel ao ano. Ele foi aprovado ainda no governo Bolsonaro, após dificuldade na venda do ativo por não estar concluído.

A avaliação da empresa é que a obra inacabada acrescentava riscos para eventuais compradores e, em novembro de 2022, sua conclusão foi aprovada pelo conselho de administração. Com a mudança de governo, a venda está descartada.

Pela manhã, Lula cumpria agenda em Salvador. Depois, deixou a Bahia rumo a Pernambuco, onde vai dormir nesta quinta. Na sexta, terá compromisso no Recife, onde participa da passagem de chélio no Comando Militar do Nordeste — em seguida segue rumo ao Ceará para o lançamento da petra fundametal do campo do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) em Fortaleza.

Em Salvador, Lula disse que a elite brasileira, "e me desculpe quem vestir a carapuça, nunca teve intenção de esclarecer o nosso povo".

A viagem pelas três principais estados do Nordeste abre a série de roteiros que Lula promete fazer neste ano para priorizar a agenda internacional em 2023, o primeiro ano do mandato atual.

Em Ipojuca, Lula estava acompanhado da governadora de Pernambuco, Raula Ayra (PSDB), que tem feito acenos ao presidente em indícios de uma possível aproximação futura. Também estavam presentes a senadora Teresa Leito (PP/PE), a prefeita de Ipojuca, Célia Sales (PP), e o prefeito do Recife, João Campos (PSB).

FOLHA DE SÃO PAULO ***

Lula mais na pág. A18

Governo suspendeu benefício a pastores após alerta sobre improbidade e pressão do TCU

Idiana Tomazelli e Ranier Dragon

BRASÍLIA — A Receita Federal suspendeu a eficácia da ampliação do benefício tributário a pastores, adotada na gestão de Jair Bolsonaro (PL), sob pressão do TCU (Tribunal de Contas da União).

A área técnica do órgão de controle recomendou, em 14 de dezembro de 2022, expedir uma determinação ao governo para suspender o ato, editado pela Receita às vésperas da campanha eleitoral de 2022.

O relator da ação no TCU, ministro Arnaldo Cedraz, ainda não se manifestou no processo, mas o governo Lula (PT) resolveu antecipar ante o alerta dos auditores do tribunal de que a norma segue em vigor mesmo após a Receita apurar problemas e indícios de improbidade administrativa.

Nota técnica da auditoria interna do Fisco, de 13 de março passado, mostrou que o ato editado no governo Bolsonaro "possivelmente não seguiu o rito estabelecido nas normas internas", pois não foi fundamen-

talmente pela coluna Painel S.A.

Por trás do ato do governo Bolsonaro está a prebenda, remuneração recebida por pastores e líderes religiosos por serviços prestados às igrejas.

A lei brasileira isenta a prebenda do recolhimento de contribuição previdenciária, desde que tenha relação com a atividade religiosa e não dependa da natureza ou da quantidade de trabalho.

O Fisco detectou que alguns pastores, principalmente as comandadas por grupos evangélicos, usavam a prebenda para driblar a fiscalização e distribuir uma espécie de partição

R\$ 293,8 mi

é o valor dos lançamentos tendo de pessoas físicas com a ocupação principal "Sacerdotes e Membros de Ordens e Setas Religiosas" segundo a Receita

capiação nos lucros a pastores que tinham maiores grupos de fiéis ou maiores arrecadações de dízimo.

O órgão aplicou multas milionárias e exigiu pagamento da alíquota previdenciária de 22% sobre os valores. O ato do governo Bolsonaro contrariou entendimentos internos do órgão e não só dificultou a cobrança, mas abriu caminho para o cancelamento das fiscalizações já estabelecidas.

Após a posse de Lula, o ato foi considerado por integrantes do Fisco como "atípico". Mas havia nos bastidores receio de que a suspensão deflagra uma crise com a bancada evangélica no Congresso, num momento em que o novo governo tentava azeitar a relação com o Legislativo.

O grupo parlamentar foi uma das bases de sustentação de Bolsonaro no Parlamento e tem sido alvo de investidas e acenos de Lula para tentar reduzir resistências para eventual "responsabilização" daqueles que deram causa ao prejuízo.

O então secretário Vieira

ele segue em vigor.

"A despeito de o ato ser conhecido como viciado, ele continua em vigor produzindo efeitos no mundo jurídico. Pelo exposto, fica evidenciado o periculum in mora [risco de que a demora em agir cause dano grave], que pode ensejar prejuízo ao erário e ao interesse público e comprometer a eficácia da atuação do Fisco pelo Tribunal", diz o TCU.

Um primeiro pedido de cautelar foi negado por Cedraz em fevereiro de 2023, pois ele considerou necessário ouvir as explicações da Receita sobre o ocorrido. A partir dos elementos trazidos pelo próprio órgão, a área técnica entendeu ser necessário suspender os efeitos do ato.

Os auditores ainda sugeriram perguntar à Receita os motivos pelos quais o ato interpretativo do órgão sob Bolsonaro, mesmo considerado anulado, não foi anulado.

A área técnica ainda recomenda cobrar as providências de Bolsonaro no Parlamento e tem sido alvo de investidas e acenos de Lula para tentar reduzir resistências para eventual "responsabilização" daqueles que deram causa ao prejuízo.

O então secretário Vieira

Gomes tinha interlocução direta com Bolsonaro e também entrou na mira de investigações pela tentativa de ex-presidente de reaver jias apreendidas pela Arábia Saudita. Procurado, negou irregularidades. "Foram observadas todas as normas legais e regulamentares pertinentes à decisão do ato em questão", afirmou.

Embora sem decisão formal do TCU, em outro trecho, diz que a decisão atende a "determinação proposta pelo Ministério Público perante o TCU".

A reportagem perguntou sobre as providências para estimar o prejuízo a uma moeda, mas não obteve resposta.

Em nota publicada na quarta, a assessoria do TCU destacou que o ato que concedeu a isenção tributária a pastores é objeto de análise em processo na corte, "ainda sem decisão".

Segundo a nota técnica do TCU, a Receita informou que os valores dos lançamentos de pessoas físicas com a ocupação principal "Sacerdotes e Membros de Ordens e Setas Religiosas" somam R\$ 293,8 milhões, a maioria com a exigibilidade suspensa (ou seja, o órgão não pode efetivar a cobrança).